O Comendador José Antônio Machado e sua descendência

(Pequena contribuição para a genealogia cearense)

Raimundo Girão

Naquela tarde de sábado, dia 2 de Maio, do ano de 1807, povo, nobreza e clero da pequena e monótona vila da Fortaleza de N. Senhora da Assunção, sede da capitania do Ceará-Grande, davam-se conta dum acontecimento de desusada ressonância social.

O opulento negociante Antônio José Moreira Gomes reunira na sua casa de residência, à ruazinha do Rosário, os seus melhores amigos, as autoridades e pessoas de maior representação da terra, para oferecer-lhes faustoso banquete, servido de infinitas iguarias e espiritualizado pelos afamados vinhos jamais aquí trazidos das velhas adegas do Porto e de Lisboa.

Motivava tamanha festa o casamento de sua filha Antônia Moreira da Conceição com o moço lusitano José Antônio Machado, que ele trouxera rapazinho de Portugal, como se tambem filho fora, «tratando-o com agrados e carícias de pai».

Realizara-se o ato às duas horas da tarde, «feitas as denunciações do estilo», na modesta e quase arruinada matriz da vila, oficiado pelo vigário da vara Antônio José Moreira, padre que se impôs à consideração e estima dos seus jurisdicionados e dirigiu os negócios eclesiásticos da freguesia por muitos anos, tendo feito parte do Governo Provisional que se sucedeu à deposição de Francisco Alberto Rubim, em Novembro de 1821, e sendo eleito, no mesmo ano, deputado ao Supremo Congresso das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes.

Foram testemunhas, ilustres e dignas, Marcos Antônio Brício, membro da Junta da Real Fazenda, e o capitão-mor Gregório Alves Pontes, «homem da maior nobreza, cristandade e desinteresse, manso, quieto e pacífico», de destacada atuação pelos cargos que ocupou, entre os quais os de vereador da câmara e juiz de orfãos, e cujo falecimento o Barão de Studart anota como verificado em 1803 (Rev. do

Instituto do Ceará, vol. 37, 1923, pág. 295), o que evidentemente não é certo, pois somente aconteceu em 1809. (1)

A noiva nascera em 1785 na vila de Arronches, produto único dos amores do então sargento-mor Moreira Gomes com d. Ana Rosa de Melo, que alí morava com sua avó. O noivo, rebento da gente lusa, era natural da Freguesia de S.-Martinho-do-Couto, filho do capitão Luiz Manuel da Guerra e Luisa Maria Engrácia Machado, e nascido a 25 de Março de 1782, e não 1772, como está na Rev. do Instituto, vol. 37, pág. 308.

Viera Antônio José Moreira Gomes para o Ceará nos começos do último quartel do século 18 e cedo conseguiu grande patrimônio e enorme projeção no comércio e na política da colônia: «homem de primeira representação na Capitania, consideravelmente rico e muito estimado dos seus conterrâneos», diz o Barão de Studart.

Dono de superior descortino econômico, concorreu eficientemente para o progresso comercial do Ceará.

«É especialmente a Antônio José Moreira Gomes, sargento-mor das Ordenanças da Fortaleza — informa o aludido Barão de Studart —, que se deve o desenvolvimento do plantio de algodão no Ceará. Chegando a esta Capitania em 1777 e indo à serra de Uruburetama em comércio de couros, viu ele alguns algodoeiros juntos às moradias de alguns habitantes, entre os quais Francisco da Cunha Linhares, Januário de Albuquerque e Manuel Escócia Dormont, e por verificar que o algodão era de qualidade excelente, animou a esses e outros habitantes a entregarem-se em larga escala a esse ramo de comércio, até então desconhecido no País, já adiantando-lhes dinheiro e fazendas, já ensinando-lhes a maneira de construir engenhos para o descaroçamento do algodão e o modo de ensacá-lo.

«Em 1777 a serra da Uruburetama produziu 78 arrobas de algodão, que Moreira Gomes comprou e remeteu a Julião Potier, negociante na Baía.

«No ano seguinte, a produção já ascendia a 234 arrobas. Não estando mais na Baía o dito Potier, que se retirara para Lisboa, e

---

(1) «Aos dous de Maio demil e oitossentos e sette feitas as Denunciaçõens do Estillo nesta Matriz o Nubente natural da Freguezia de São Martinho do Couto sem empidimento como Consta dos banhos que ficão emeo poder pelas duas oras da tarde empresença de mim Vigário da vara Antônio Jozé Moreira edas testemunhas o Illustrissimo Marcos Antonio Bricio e o Capitão Mor Gregorio Alves Pontes depois de Confeçados naforma do Sagrad. Conc. Trid. receberão em matrimonio Jozé Antonio Machado filho legitimo do Capm. Luiz Manoel da Guerra e Luiza Maria Engracia com Dona Antonia Moreira da Conceição filha de Anna Roza de Mello erecebe-rão as bençõens nupciais ep^{a}. Constar fiz este assento que a signo. O V^{o}. Antonio Jozé Moreira.» (Assento no Livro n. 323, iniciado a 19.10.1800, do arquivo arquiepiscopal de Fortaleza.)

porque ninguem queria tomar a si a compra de um gênero que lá tambem era pouco procurado, Moreira Gomes fez embarcar as 234 arrobas por conta própria para Lisboa, encarregando-se Luiz da Costa Gomes de remetê-las a Bandeira & Cia., daquela praça.

«A cultura do algodão foi-se desenvolvendo a olhos vistos, apanhando-se no fim do século, em Uruburetama, uns anos por outros, 5.000 arrobas de algodão em pluma.» (Publicação n"O Comércio", periódico de Fortaleza, número de 13 de Fevereiro de 1894, citado por Ildefonso Albano, *A Crise do Algodão*, 1918, pág. 18.)

Foi esse mesmo Moreira Gomes quem pela primeira vez, isto em 1809, enviou diretamente para o estrangeiro, para o porto de Londres, um navio carregado de efeitos do comércio cearense. O navio era a galera "Dous Amigos", de sua propriedade, e conduzia 3736 arrobas de algodão, 450 arrobas de açucar e 1267 couros salgados, tudo no valor de Rs. 20:487$000, o que não era pouco para a época, tempo em que um couro de boi valia 640 réis e o secretário da câmara ganhava 20$000 por ano.

Saira a "Dous Amigos" da Fortaleza a 4 de Fevereiro, confiada a viagem a José Antônio Machado, como fazem certo as palavras deste na justificação que produziu no inventário do sogro, em 1823: « . . . e tanto assim é verdade que mandando o dito falecido o seu navio "Dous Amigos" carregado de efeitos à cidade de Londres, mandou ao justificante por caixa do dito navio e negócio, e neste tempo ficou o dito falecido tratando e zelando a mulher do justificante e filhos que já tinha» (item 9).

Dele refere João Brígido que «era o português mais rico e influente da terra, e foi capitão-mor de ordenança do termo», cargo para que foi escolhido dentre três disputantes, por Barba Alardo, em cuja administração fruiu preponderante apreço.

Na gestão administrativa seguinte, de Manuel Inácio de Sampaio, viu-se Moreira Gomes às voltas com a animosidade do Governador, em virtude de não ter querido submeter-se a uma *derrama* imposta aos criadores de gado, ou, talvez, como conjectura João Brígido, «por despeito para com o juiz de fora José da Cruz Ferreira, que tinha anulado um contrato firmado pela câmara com um seu amigo, para talhar carne a 1$200 por arroba». (Homens e Fatos, 1919, pág. 224).

Sampaio acusou-o até de conivente com o movimento de 1817 e chegou a «cassar-lhe a patente de capitão-mor, a pretexto de não ter apresentado confirmação em tempo e de se ter ausentado sem licença». (João Brígido, idem, pág. 236.)

A riqueza de Moreira Gomes era enorme e se compunha de casa de comércio e prédios na vila, de escravaria, de muito gado e fazendas nas proximidades de Fortaleza e nos sertões do Canindé.

Conforme se vê do seu inventário, iniciado, aos 12 de Março

de 1823, pelo juiz de fora e provedor interino de ausentes Lauriano Antônio Ribeiro, pertenciam-lhe, afora um sem-conto de moveis, escravos, semoventes, ouro, prata e cobre, muitos prédios nesta então vila, inclusive a casa de morada «com seu sotão e armazens, adiante, atrás e dos lados», e bem assim várias fazendas de criar, umas nas vizinhanças da capital, como por exemplo a "Aldeia Velha" e a data da "Lagoa Passaré", obtida por sesmaria a 17 de Fevereiro de 1808 (Datas e Sesmarias, vol. 8°., pág. 198), e outras na Ribeira do Canindé, tais como a "Sariema", a "Santa Clara" e "Ipueiras".

A prata possuida pela Igreja da Sé foi presente seu, informa João Brígido.

Morreu o dinheiroso português vítima de um seu escravo, quando em viagem para umas dessas fazendas do Canindé, em 1821, segundo o mesmo Brígido, data que absolutamente não é exata, porque somente veio ele a falecer em 1823.

Com efeito, consultando-se os livros de atas da Câmara da Fortaleza, se verá que Moreira Gomes ainda em 24 de Novembro de 1822 assinava, com a sua firme e expressiva caligrafia, a ata da sessão extraordinária efetuada para o fim de aclamar Imperador Constitucional do Brasil o Sereníssimo Senhor Dom Pedro de Alcântara.

Do aludido inventário não consta o dia do falecimento nem as circunstâncias deste, senão que «faleceu de um tiro na sua fazenda das Furnas, no estado de solteiro, *ab intestato*». Mas, na justificação anexa ao processo e promovida por José Antônio Machado, datada de 18 de Março de 1823, está a declaração de que Moreira Gomes morrera «proximamente sem deixar testamento», o que indica haver o mesmo sucumbido em princípios de 1823. (*)

Esta justificação constitue um processado anexo ao inventário e esclarece muitos fatos interessantes para a nossa cronologia histórica.

Tendo sofrido morte criminosa e não deixando testamento nem herdeiros reconhecidos, foram os bens de Moreira Gomes confiados à guarda do marido de sua filha, e sua segunda pessoa.

A petição inicial escrita de próprio punho de José Antônio Ma-

---

(*) Já estava terminado este trabalho, quando recebí, fornecido pelo dr. Hugo Vitor, que o encontrara folheando um dos livros de assentamentos de Canindé, o teor do termo de óbito de Antônio José Moreira Gomes, assim escrito: «Aos vinte ehum de Fevereiro demil oito centos vinte etrez, fallesseo assassinado com tiro deballa e munição sem sacramento o Capitam Mor Antonio José Moreira Gomes, cavalleiro professo da Ordem de Christo, solteiro, natural de Portugal eidade de setenta e cinco annos morador naVilla da Fortaleza, que apouco nesta Freguezia residia, foi sepultado nesta Matriz de Canindé nas grades acima involto em habito branco e incommendado por mim. E para constar faço este assento emeassigno. O Vig°. Francisco de Paula Barros.» (Livro de Óbitos iniciado a 16 de Maio de 1819 e encerrado a 18 de Set., 1870, fls. 23 v.)

chado, em linguagem de muita clareza e correção, explica ter o sogro chegada «a esta vila com o seu negócio há perto de cinquenta anos, ou mais, no estado de solteiro, e nesta viveu até o ponto de sua morte».

Adianta que, em 1802, Moreira Gomes viajou «desta mesma vila para a cidade de Lisboa e de lá para a cidade do Porto, onde esteve o justificante de caixeiro, aí mandou falar-lhe para vir com ele para esta vila e sua casa, como veio», afirmação essa que destrói a de João Brígido quando, traçando a biografia de José Antônio Machado, diz que ele veio em 1800 fixar sua residência na pequena e insignificante povoação do Forte (Rev. do Instituto, vol. 20, 1906, pág. 349), e tambem a do Barão de Studart, figurante na citada revista, vol. 37, 1923, pág. 308, no mesmo sentido.

Acrescenta que, chegado a Fortaleza e passando a residir com Moreira Gomes, este colocou, em casa defronte, sua filha Antônia em companhia da mãi, «tratando-as com todo o amor costumado», até que um dia falou sobre o seu casamento com aquela, «o que o justificante aceitando de fato se casou, fazendo o pai no dia do casamento um grande banquete em que assistiram todos os homens de bem desta vila».

Com a citada justificação, cujos itens foram devidamente comprovados pelo depoimento de cinco testemunhas (o bacharel Joaquim de Sousa da Fonseca Prata, o capitão João Ferreira Gomes, Francisco Felix de Azevedo e Sá, João da Rocha Mota e Manuel Caetano de Azevedo), José Antônio Machado habilitava a mulher como sucessora universal do pai, o que foi reconhecido por sentença do juiz de fora e provedor interino de ausentes João da Rocha Moreira, datada de 12 de Julho de 1823.

Pela mencionada sentença o justificante ficou «na posse de todos os bens do falecido, pertencendo-lhe todas as ações ativas e passivas que ao falecido competia, se vivo fosse».

Sucedendo ao sogro no patrimônio material e no prestígio social, José Antônio Machado, seu melhor auxiliar e guarda-livros, já dono de excepcionais qualidades de equilíbrio, bondade e inteligência, passou a projetar — e o faria por mais de meio século ao diante — a sua ação benéfica e util na vida da Província, ora por si próprio, ora por meio dos elementos, os mais valiosos, da sua ilustre e larga prole.

A sua reputação comercial correu sempre ao lado da sua influência político-administrativa, que o fez ocupar os mais distinguidos cargos públicos.

Em 1809 fora eleito para as funções de procurador da Câmara no ano de 1810 e a elas serviu durante muitos anos.

A 2 de Julho de 1820 teve a sua primeira patente, com o posto de capitão da 9ª. Companhia de Voluntários do Comércio no Ceará.

Até lá se mantivera em digna e elevada atitude ao lado do sogro, contra a reação do Governador Sampaio, este sempre apaixonado

pela causa legal que representava e defendia e, conquanto o tivessem em todo o apreço os adversários do governo, não se imiscuiu no movimento de 1817, o qual arrastou à revolta muitas pessoas de evidência.

Para suceder a Sampaio veio Rubim, que, empossado a 13 de Junho de 1820, haveria de ser o último dos governadores coloniais, deposto que se encontrou a 3 de Novembro do ano seguinte.

Amigo do administrador resignante, nem por isso fugiu ao chamado do povo que o apontou como um dos componentes do Governo Provisório presidido por Francisco Xavier Torres.

Em Agosto de 1826 promovia-se, nas milícias, ao posto de tenente-coronel, e em 1829, a 2 de Janeiro, viu-se na direção dos negócios da Província (1), que outras quatro vezes o haveria de ter guiando-os segura e pacificamente.

De fato, José Antônio Machado, já Comendador da Ordem de Cristo, condecoração que recebera em 1842, teve de exercer a nossa governação novamente em 1843, quando, 2°. vice-presidente, em substituição ao 1°. vice, enfermo, coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarãis, passou o governo ao Brigadeiro José Maria da Silva Bittencourt, empossado a 2 de Abril. Mendes Guimarãis substituira o Brigadeiro José Joaquim Coelho, eleito deputado geral e daquí embarcado a 14 de Março.

De novo geriu a Província em 1855, entre a ausência do Conselheiro Vicente Pires da Mota e o emposse do dr. Francisco Xavier Pais Barreto; e em 1862, substituindo, a 12 de Fevereiro e até 5 de Maio, o dr. Manuel Antônio Duarte de Azevedo, e não a Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, como escreve João Brígido (Rev. do Inst., vol. XX, pág. 352), pois este se retirara da presidência a 9 de Abril do ano anterior, ficando no lugar o vice-presidente Cônego Antônio Pinto de Mendonça.

Por último, vieram-lhe às mãos as rédeas da governança em 1864, quando, já velhinho, recebeu o munus que lhe transmitia o dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, a 19 de Fevereiro, para, 10 dias depois, passá-lo ao 2°. vice-presidente dr. Vicente de Paula Pessoa, que a seu turno o entregaria, a 4 de Abril, ao 25°. Presidente da Província, o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

Em todas essas ocasiões demonstrou as excepcionais virtudes de ponderação, imparcialidade e bondade, que era o traço principal do seu carater, conquistando em escala sempre crescente a estima e o acatamento dos cearenses.

Nos tormentosos fatos de 1824, que ficaram registados na história cívica do Ceará como páginas de beleza heróica, e nos subsequentes

---

(1) Até o dia 6 de Abril, data da posse do Marechal de Campo Manuel Jm. Pereira da Silva, 4°. Presidente do Ceará.

de 1825, que se transformaram noutras tantas de sangue e sacrifícios, a ação tutelar de José Antônio Machado constituiu-se num pálio de proteção aos perseguidos. (1)

«Desse tempo, afirma João Brígido, datou o amor que a população do Ceará consagrou ao português Machado.»

No comércio da Província o seu nome era um estalão de honradez e garantia.

Mas, nem por ser assim, escapou de sofrer injustas imputações. Tendo-lhe sido confiada a distribuição dos socorros destinados às vítimas da seca 1825-1827, acusaram-no de haver-se, nessa tarefa, de maneira cínica e cruel, avara e deshumana.

---

(1) Nessa época é que foi construido o famoso sobrado de residência e estabelecimento comercial do Comendador Machado, demolido em 1927 para no local ser levantado o atual *Excelsior Hotel*. A respeito, é interessante ler a crônica *Ad Seniores*, publicada no "Correio do Ceará" de 3 de Junho de 1927 pelo dr. João Nogueira com o pseudônimo de O Preste João: «AD SENIORES. Ao que nos informam, acha-se em via de demolição o sobrado antigo ou palacete do coronel portuguez José Antonio Machado, construido em 1825 por Conrado Jacob de Niemeyer.

Sito na esquina da antiga rua da Palma com a travessa Municipal, demora no canto N. da praça Pedro 2°., hoje do Ferreira.

A construcção d'este sobrado desfez dois preconceitos correntes entre os antigos moradores d'esta nossa aldêa.

Acreditava-se então que sobre as areias da Fortaleza não se podiam construir casas elevadas ou sobrados, porque o terreno frouxo não supportaria o peso de um alto edificio; e, além d'isto, não era admissivel que um particular possuisse uma casa *mais alta que a do Presidente*.

Levantar sobrado, além de ser empreza perigosa, seria tambem um desafio á authoridade.

Com taes idéias ninguem ousaria construir um alto predio na pequena e pobre Fortaleza de então.

A *Casa do Presidente*, suppomos ser esta que ainda existe, dando fundos para a Feira Velha, e um terraço para a rua de Baixo, lado da sombra.

Veem-se ainda na rua do Rosario, no Largo do Garrote e na rua dos Quarteis, algumas casas do typo commum áquelle tempo.

São casinhas acanhadas e feias cujo aspecto causa dó, que lembram pessôas centenarias, que nada mais esperando d'este mundo, aguardam tranquillamente o dia de morrer.

Conrado, além de ser Presidente da Commissão Militar que executou Mororó e seus companheiros, era tambem coronel de engenheiros.

Dispunha de authoridade immensa; e, sabendo d'esses preconceitos sobre altas construcções na Fortaleza, offereceu seus serviços profissionaes ao coronel Machado, que desejava edificar.

Projectou o sobrado; e quando quiz pôr mãos á obra soube que os pedreiros da cidade se recusavam a trabalhar ali, medrosos que estavam, do afundamento do predio.

Mandou então vir presos da cadeia e fel-os trabalhar até o fim da obra.

E foi assim que se levantou este sobrado que, para seu tempo, era um *arranha-céo* de altura desmarcada.

O Ceará tem originalidades engraçadas e precedencias em muitas

A increpação seria tanto mais grave quanto partia do próprio Presidente da Província, Antônio de Sales Nunes Berford, e era feita oficialmente.

Entretanto, José Antônio Machado, com aquela sobrançaria e calma dos homens bons, desmanchou cabalmente a injustiça de que era vítima, filha exclusiva das impulsões e versatilidade do Presidente, sempre a explodir em insultos, tomado de rancores momentâneos que se transformavam horas após em rogos de desculpas, às vezes humilhantes.

A inteireza e lisura do procedimento de Machado, a sua impavidez moral, a aura de conceito que envolvia o seu nome, foram o bastante para destruir as aleivosias e colocá-lo cada vez mais próximo do coração do povo.

Desnecessário é reproduzir aquí a inconfundivel defesa do Comendador Machado, brilhantemente feita pelo Des. Paulino Nogueira, com documentos e razões irrespondiveis, em excelente trabalho publicado na rev. deste Instituto, vol. IX, 1895, págs. 291-329, e que termina com estas palavras, tiradas do Eclesiástico: «Nós vemos os bons, a quem as desgraças ferem, como se tivessem feito ações dos maus; e vemos malvados, que gozam de todo a confiança, como se tivessem feito as obras dos justos.»

Ante essas palavras, como que se perfilam aos olhos da nossa alma, para o julgamento da razão e da posteridade, as figuras de José Antônio Machado e de Nunes Berford.

Aqueles princípios de retidão, austeridade, prudência e bonomia, tão intrínsecos das almas largas, não foram no Comendador Machado somente o apanágio da sua vida pública, senão os mesmos na obediência dos quais educou os filhos, que eram numerosos e lhe deram numerosa e ilustre descendência.

Nasceram-lhe dez, no meio deles quatro varões.

Foram estes últimos:

---

coisas: quem sabe lá si a Fortaleza não precedeu *New-York* na construcção de edificios vertiginosos?

Antes de desabar o antigo predio fomos visital-o assim como quem vai se despedir de um amigo condenado á morte.

A construcção é fortissima; a disposição de salas e quartos nos dois andares, attende ao gosto antigo, portuguez. As salas de visitas não são espaçosas; nem os quartos, que são pequenos; parecendo destinados a uma só pessôa, cada um.

A casa toda podia abrigar numerosa familia e muitos hospedes. Janellas por todos os lados illuminam e ventilam salas e apozentos.

As paredes ainda estão revestidas d'essa especie de estuque, que os nossos pedreiros chamam *esguarnecido de cal*. Si é o primitivo, ainda se conserva perfeito apezar dos seus 102 annos de edade.»

F [1] — José Pio Machado, figura de notavel relevo e combatividade na política do Império, no Ceará (*),
F [2] — Senador Antônio José Machado, igualmente de grande evidência na vida pública cearense,
F [3] — João Antônio Machado, que foi comandante superior da guarda nacional de Fortaleza e faleceu solteiro a 21 de Fevereiro de 1882, tendo nascido a 12 de Abril de 1824,
F [4] — Luiz Taumaturgo da Guerra Machado, nascido a 27 de Novembro de 1827.

As seis filhas eram as seguintes:

F [5] — Luisa Maria Machado, casada com o comerciante Joaquim José Rodrigues,
F [6] — Maria Emília Machado (Mariquinha), que faleceu solteira, a 26 de Setembro de 1902,
F [7] — Leopoldina Machado de Azevedo e Sá, casada com Manuel Felix de Azevedo e Sá,
F [8] — Antônia Machado Coelho da Fonseca, casada com o Comendador Francisco Coelho da Fonseca,
F [9] — Felina Domingues da Silva, casada com o dr. Antônio Domingues da Silva, e
F [10] — Florinda Leopoldina Machado, falecida inupta a 4 de Outubro de 1877.

I

O coronel José Pio Machado, nascido a 5 de Maio de 1808, desempenhou papel da maior importância na política da Província, como um dos diretores influentes do partido conservador ou caranguejo, tendo ocupado muitos cargos, tais como os de juiz de paz, inspetor da Tesouraria Provincial, deputado e presidente da Assembléia Legislativa, nos biênios de 1844-45, 1850-51, 1852-53 e 1854-55.

Escreve sobre o destacado cearense o dr. Cruz Abreu, em carta inédita dirigida em 8 de Julho de 1920 a Pedro Pio:

«Muito moço, foi mandado para Lisboa, onde fez o curso de belas letras e comércio. Imensa foi a sua importância, diz o noticiarista do *Pedro II* (que, em nota, diz ter sido o dr. Jerônimo Macário Figueira de Melo), seu nome era um dos mais notaveis da província e seu prestígio dava poderoso influxo ao partido conservador, de que era aliado decidido, e pelo qual fez notaveis sacrifícios, cuja lembrança amigos agradecidos saberão guardar. A munificência imperial o distinguira com o hábito de Cristo, era vice-consul da Rússia, inspetor da tesouraria provincial, presidente do Conselho de obras públicas, deputado provincial e presidente da Assembléia. Seu desaparecimento súbito causou enorme pesar; tão cheio de vida, ninguem, na véspera,

(*) F = filho; N = neto; Bn = bisneto; Tn. = trineto; Qn = tretraneto.

diria que estava próxima sua morte. Para combater passageira indisposição, mandara vir um laxativo de magnésia e dele se servira. Estava o dia úmido, de espaço a espaço caíam ligeiros chuvisqueiros. Terminado o efeito do medicamento, pelas 11 horas do dia, deixou a alcova em que se conservara, dirigindo-se para a sala e, quando se dispunha a escrever, sentado à secretária, tomba para um lado e cai morto. Os médicos capitularam a *causa-mortis* de apoplexia fulminante, a que se atribuiam, por esse tempo, os casos de morte súbita. Não teria sido antes uma síncope cardíaca ou um colapso? . . .

«Na Guarda Nacional, que era uma milícia regularmente organizada, tinha a patente de ten.-cel. e o comando do 2°. batalhão de infantaria. Nesse posto o substituiu José Antônio Pereira Pacheco e na inspetoria da tesouraria provincial o dr. Manuel Franco Fernandes Vieira. Apesar de ter possuido bens de fortuna, pouco se logrou a família dessa vantagem. Morto o ten.-cel. José Pio, é que se veio a saber quanto ele sacrificara o seu patrimônio em acudir alheias necessidades. A família deu nobremente a sequestro quanto foi preciso para cobrir a responsabilidade, que ele selara com o seu honrado nome, e nada ficou a dever. Ao saimento fúnebre enorme foi a multidão que compareceu, prestando, desse modo, uma justa homenagem às superiores qualidades morais do ilustre morto. O abatimento de espírito era geral na pequena sociedade de Fortaleza, que perdia, dentro de poucos dias, três de seus membros, homens de bem, cercados de consideração geral: a 25 de Fevereiro — Francisco Xavier Nogueira, pai do des. Paulino Nogueira; a 10 de Abril — o comerciante José Maria Eustáquio Vieira, sogro do Luiz Ribeiro, e a 25 de Abril seu distinto pai». O dia 25 de Abril era uma terça-feira, do ano de 1854 (1).

Parece que só esse testemunho insuspeito e quase contemporâneo do dr. João da Cruz Abreu define bem a personalidade de José Pio Machado, que faleceu aos 46 anos de idade, incompletos, deïxando onze filhos do seu casamento com d. Maria Joaquina do Nascimento Machado e abaixo discriminados pela ordem de maioridade, com as respectivas descendências:

N 1 -- Antônia, casada com Alcino Gomes Brasil, com os seguintes filhos:

Bn. 1 — Maria Emília, primeira mulher do Cel. Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, dos quais nasceram:

Tn. 1 — Carlos Montenegro, c. c. Raquel Montenegro, com os seguintes filhos:

---

(1) O inventário de José Pio Machado processou-se em 1855 e os autos se encontram no Cartório de Orfãos e Ausentes desta capital. Os herdeiros estão relacionados com as seguintes idades: Antônia, 22 anos; José Pio, 21 anos; Maria, 20 anos; Antônio, 19 anos; Emília, 17 anos João, 11 anos; Luiz, 9; Francisco, 7; Pedro, 5; Manuel, 3; Pio, 2.

Qn. 1 — Cirene, c. c. Mário Campelo Abreu, funcionário do Banco do Brasil, com um filho.
Qn. 2 — Rute, solteira
Qn. 3 — Paulo, menor
Qn. 4 — Mirian, menor.

Tn. 2 — José Montenegro, c. c. Lúcia Studart, filhos em número de nove :

Qn. 5 — Carlos Pacifal
Qn. 6 — Roberto Gluck, aviador da Marinha Nacional, falecido de um desastre de avião, no Rio-de-Janeiro, a 18 de Agosto de 1942.
Qn. 7 — Cesar Wagner
Qn. 8 — Maria Neice
Qn. 9 — Heitor Werter
Qn. 10 — Maria Lucy
Qn. 11 — Helano Kurt
Qn. 12 — Maria Elde
Qn. 13 — Tug Hibsen

Tn. 3 — Maria Ester Montenegro, solteira, professora pública, conhecida em família por Etinha ou Marieta.

Tn. 4 — Júlio Montenegro, alto funcionário da Alfândega, c. c. Alice Moreira Espíndola, baiana, com três filhos :

Qn. 14 — Maria Antonieta
Qn. 15 — Maria Helena
Qn. 16 — Caio Júlio.

Tn. 5 — João Montenegro, solteiro, comerciante na capital de S.-Paulo.

Tn. 6 — Alfredo Montenegro, atual Delegado Fiscal em João-Pessoa (Paraiba), c. c. Emília Morais, com dois filhos: Qn. 17 — Maria José e Qn. 18 — José Maria.

Tn. 7 — Raquel (Nenen), solteira, funcionária da Fazenda Federal.

Tn. 8 — Antônia (Tutú), c. c. o dr. João Bastos Neto, engº. agrônomo e alto funcionário do Ministério da Agricultura, com filhos : Qn. 19 — Hernani, Qn. 20 — Mirtô, Qn. 21 — Augusto Cesar, falecido, Qn. 22 — Sônia, Qn. 23 — Júlio Cesar.

Tn. 9 — Casimiro Montenegro, tenente-coronel da Aviação Brasileira, solteiro.

Tn. 10 — Raimundo, solteiro, funcionário da 1. F. O. Contra as Secas.

Bn. 2 — Alcino Brasil, c. c. Joana Montenegro Brasil, dos quais nasceram :

Tn. 11 — Joana Pio Brasil, solteira
Tn. 12 — Alcino, falecido menino
Tn. 13 — João Pio Brasil, falecido, casado com Áu-

rea Jucá Brasil, com um único filho: Qn. 24 — Francisco, menor.

Tn. 14 — Alcino Montenegro Brasil, c. c. em 1as. núpcias com Elvira Chaves Brasil, com filhos:

Qn. 25 — Alcira, falecida menina, Qn. 26 — Almires, estudante, Qn. 27 — Alcir, estudante, Qn. 28 — Alcira (2ª.), falecida menina, Qn. 29 — Aldir, menor, Qn. 30 — Alcida, menor; e, em 2as. núpcias, com Rita Augusta Teixeira, professora pública, com um filho: Qn. 31 — Alcino, menor.

Tn. 15 — Antônia, c. c. Manuel Pinheiro Maciel, com filhos: Qn. 32 — Maria, solteira, Qn. 33 — Hirles, falecido menino, Qn. 34 — Raimundo, menor, Qn. 35 — Maria Angélica, menor.

Tn. 16 — José Montenegro Brasil, c. c. Maria José Frota Brasil (Zeca), com um filho único: Qn. 36 — Magy.

N. 2 — José, falecido solteiro.

N. 3 — Maria, c. c. Joaquim Gomes Brasil, com os seguintes filhos:

Bn. 3 — João, † menino

Bn. 4 — Alfredo, † menino

Bn. 5 — João Alfredo, falecido, c. c. Antônia Weyne Brasil, sem filhos

Bn. 6 — José Pio Brasil, solteiro

Bn. 7 — Prudente do Nascimento Brasil, coletor federal aposentado, c. c. Inez Gaspar Brasil, com três filhos:

Tn. 17 — Joaquim, falecido solteiro, a 7-9-942.

Tn. 18 — Maria Brasil Girão, c. c. o dr. Raimundo Girão, com filhos: Qn. 37 — Célio, estudante, Qn. 38 — Celina, Qn. 39 — Celita, Qn. 40 — Celmo, Qn. 41 — Celda, Qn. 42 — Celne, Qn. 43 — Célcio.

Tn. 19 — Cléia, solteira.

Bn. 8 — Maria (Maroca), solteira

Bn. 9 — Clara, solteira

Bn. 10 — Joana, c. c. Boaventura Feijó, dos quais nasceram:

Tn. 20 — Adélia Brasil Feijó, professora pública, solteira.

Tn. 21 — José Brasil Feijó, c. c. Maria de Lourdes Braga Feijó, com filhos: Qn. 43 — Irapuã Dnajar, estudante, Qn. 44 — Eglantine Herbene, estudante, Qn. 45 — Gláfira Cibele, Qn. 46 — Helena Cleide.

Bn. 11 — Aline (Sinhá), c. c. Inácio Menescal Parente, falecido, sem filhos.

N. 4 — Antônio Pio, c. c. Rita Durand Machado, de que nasceram: Bn. 12 — José, casado, falecido, Bn. 13 — Orminda (Pititinha), solteira, Bn. 14 — Júlio, solteiro.

N. 5 — Emília Machado de Abreu Lage, c. c. Tibúrcio Augusto de Abreu Lage, sem filhos.

N. 6 — João Pio Machado, casado em primeiras núpcias com Zulmira Amália Parente Machado, dos quais houve um filho:

Bn. 15 — José Pio Euclides Machado, à sua vez, em primeiras núpcias, c. c. Cândida Tomé da Silva, com filhos: Tn. 22 — José Pio Machado, casado, com uma filha: Qn. 47 — Iolanda; Tn. 23 — Maria Soledade Pio Machado (Sula), c. c. Manuel Vitorino Brandão, sem filhos — e, em segundas, c. c. Cristina Franca, de que nasceu uma filha: Tn. 24 — Maria da Conceição Pio Machado, solteira.

Em segundas núpcias João Pio Machado c. c. Amélia Rosa, com uma filha:

Bn. 16 — Maria Pio Machado, c. c. Humberto Napoleão, sem filhos.

N. 7 — Luiz Pio, c. c. Isabel de Mendonça Machado, com filhos: Bn. 17 — João, casado, Bn. 18 — Maria, casada, Bn. 19 — José, solteiro.

N. 8 — Francisco Pio, c. c. Emília Pinheiro, com filhos.

N. 9 — Pedro Pio, falecido a 19-1-921, c. c. Filomena Amélia Machado, em primeiras núpcias, com uma filha: Bn. 20 — Maria Amélia Garcia, falecida em 3-3-899, c. c. Ludgero Garcia, dos quais nasceram: Tn. 25 — Gilberto, falecido em 23-6-935, c. c. Maria de Lourdes Ramos, com um filho: Qn. 48 — George; Tn. 26 — Maria Luisa, c. c. Oscar Juaçaba, cujos filhos serão enumerados adiante; Tn. 27 — Lavínia, c. c. Hermenegildo Temóteo, sem filhos.

Em segundas núpcias Pedro Pio c. c. Maria Amora Pio (Maroca), com um filho único:

Bn. 21 — José Amora Pio, c. c. Porcina Ribeiro, com filhos: Tn. 28 — Amilcar, solteiro, agrimensor, Tn. 29 — Amaurí, aviador militar, morto em desastre aviatório, no Rio de Janeiro, a 1-7-940, Tn. 30 — Maria Amélia, solteira, Tn. 31 — Maria Luisa, idem, Tn. 32 — Maria Regina, menor, Tn. 33 — Maria Teresa, idem.

N. 10 — Manuel, † menino

N. 11 — Pio, idem.

II

O senador Antônio José Machado nasceu a 18 de Outubro de 1809 e faleceu no dia 12 de Julho de 1861, pouco tempo depois de ocupar no Senado a cadeira para que fora escolhido. Fez os seus primeiros estudos em Coimbra, para onde foi mandado em 1822, mas concluiu o curso jurídico em Olinda, no ano de 1834. Exerceu a magistratura em Aracatí, Sobral e Baturité e foi duas vezes chefe de polícia (em 1853 e 1855). Removido em 1857 para Angra-dos-Reis, logrou logo após a nomeação de desembargador da Relação da Corte. Fora deputado geral em várias legislaturas e na política cearense desempenhou papel da maior altura. (Veja-se o Dicionário Bio-Bibliográ-

fico Cearense, do Barão de Studart, vol. 1°., pág. 103, e Datas e Fatos, 2°. volume, pág. 168.)

Casou-se, a 4 de Setembro de 1852, com d. Matilde Pereira da Veiga, filha do Barão de Jacotinga, dr. Manuel Bernardes Pereira da Veiga e d. Matilde Carolina Velho da Silva Veiga, nascendo do seu matrimônio duas filhas:

N. 12 — Matilde e N. 13 — Eugênia, a primeira das quais se casou, ao que parece, sem ter filhos, e a segunda morreu solteira.

III

João Antônio Machado não se casou. Era oficial e depois comendador da Ordem da Rosa. Educou-se em Lisboa e, de volta ao Ceará, ocupara vários lugares de eleição, inclusive o de deputado provincial em diversas legislaturas (biênios de 1860-61, 1870-71, 1872-73 e 1874-75). Foi inspetor da Alfândega de Fortaleza, cargo em que se aposentou a 5 de Abril de 1878, e comandante da Guarda Nacional deste município.

IV

Luiz Taumaturgo da Guerra Machado, falecido em 16 de Junho de 1877, era Cavaleiro de Aviz e casou-se com d. Maria Valente Machado, filha de João Gonçalves Valente e Teresa Leopoldina da Rocha Bezerra, falecida em 1925, tendo o casal três filhos:

N. 14 — Luiz, oficial do Exército, que faleceu solteiro, em Martinz-Garcia, onde se achava em companhia de Custódio José de Melo.

N. 15 — Amélia, c. c. Raimundo Vasconcelos, com filhos:

Bn. 22 — Francisco, c. c. Ester Caldas, dos quais nasceram: Tn. 34 — Maria Amélia, Tn. 35 — Tilda, falecida menina. Tn. 36 — Maria Augusta, Tn. 37 — Guilherme. Casado em segundas núpcias com Elzí Guadelupe de Vasconcelos.

Bn. 23 — Ernestina, c. c. Tibério Ribeiro de Aboim, com filhos: Tn. 38 — Antonieta, Tn. 39 — Raimundo, Tn. 40 — Amélia, Tn. 41 — Ernestina, Tn. 42 — Maria, Tn. 43 — Tibério, Tn. 44 — Olegária, Tn. 45 — Sílvia, Tn. 46 — Afonso.

Bn. 24 — Sílvia, c. c. Samuel da Silva Caldas, com filhos: Tn. 47 — Eurídice, Tn. 48 — Elaila, Tn. 49 — Francisca, Tn. 50 — Romélia.

Bn. 25 — Adalgisa, c. c. Benjamim Colares, com um filho: Tn. 51 — Fernando.

Bn. 26 — Mário, c. c. Maria da Conceição Vilela, com dois filhos: Tn. 52 — Maria Heloisa, Tn. 53 — Márcio.

Bn. 27 — Rodolfo, c. c. Maria Cruz, com sete filhos: Tn. 54 — Iracema, Tn. 55 — Lígia, Tn. 56 — Jandira, Tn. 57 —

Wallin, Tn. 58 — Eurídice, Tn. 59 — Rodolfo, Tn. 60 — Armando.

Bn. 28 — Erconvaldo, c. c. Maria Fernandes de Vasconcelos, com filhos.

Bn. 29 — Marieta, c. c. Artur Falcão da Frota, com filhos: Tn. 61 — Rute, Tn. 62 — Cléia, Tn. 63 — Elaila, Tn. 64 — Artur, Tn. 65 — Luiz, Tn. 66 — Helena, Tn. 67 — Madalena.

Bn. 30 — Julieta, c. c. Alberto Alvarenga, com filhos: Tn. 68—Abelardo, Tn. 69—Amélia, Tn. 70—Agostinho, Tn. 71—Aloísio.

Bn. 31 — Eduardo, c. c. Célio Werneck.

Bn. 32 — Adosinda, c. c. Moacir Simonetti, com um filho: Tn. 72 — Lucí.

Bn. 33 — Juarez Vasconcelos, major do Exército, c. c. Lígia Soares Bulcão Vasconcelos, com filhos: Tn. 73 — José, Tn. 74 — Raimundo, † menino, Tn. 75 — Raimundo, Tn. 76 — Amélia.

Bn. 34 — Armando, c. c. Maria Zaira Ferreira da Silva Vasconcelos.

N. 16 — Maria Luisa Machado da Fonseca, que se casou com Júlio Cesar da Fonseca Filho, ilustre sócio falecido deste Instituto. Nasceram-lhes quatro filhos:

Bn. 35 — Júlio Cesar, † menino.

Bn. 36 — Cesar Augusto da Fonseca, capitão de mar e guerra, c. c. Dulce Linhares, com filhos: Tn. 77 — Augusto Cesar, Tn.78 — Cláudio, † menino, Tn. 79 — Marina, Tn. 80 — Luiz, Tn. 81 — Renato, Tn. 82 — Júlio Cesar, † menino, Tn. 83—Nelson, Tn. 84 — Mirian, Tn. 85 — Francisco Cesar, Tn. 86 — Cesar, Tn. 87 — Maria Augusta.

Bn. 37 — Júlio Cesar, c. c. Alice Barreira Craveiro, com filhos: Tn. 88 — Maria Alice, Tn. 89 — Maria Júlia, † menina, Tn. 90 — Maria José, Tn. 91 — Maria Lígia, Tn. 92 — Maria do Carmo, Tn. 93 — Maria de Lourdes, Tn. 94 — Maria Luisa, Tn. 95 — José Maria, Tn. 96 — Maria de Jesús.

Bn. 38 — Cândida, solteira.

Bn. 39 — Maria Júlia (Maroquinha), falecida, c. c. Pedro Filomeno Gomes, grande industrial cearense, casal de que provem:

Tn. 97 — Maria Estela, c. c. o dr. Acrísio Moreira da Rocha, sem filhos.

Tn. 98 — Maria Isabel, c. c. Francisco Leite de Figueiredo, com filhos: Qn. 49 — Antônio Cláudio, Qn. 50 — Maria de Lourdes, Qn. 51 — Francisco Cesar.

Tn. 99 — Maria Luisa, c. c. o dr. Estênio Gomes da Silva, Procurador dos Feitos da Fazenda do Estado e advogado, com filhos: Qn. 52 — Rita Maria, Qn. 53 — Pedro Luiz.

Tn. 100 — Francisco Filomeno Gomes, c. c. Beatriz Rosita Gentil Filomeno Gomes.

Bn. 40 — Maria Júlia, † menina.

V

Luisa Maria Machado, c. c. o comerciante Joaquim José Rodrigues, e deles nasceu: N. 17 — Amanda, filha única, falecida solteira.

V I

Maria Emília Machado (Mariquinha), que não se casou.

V I I

Leopoldina Machado de Azevedo e Sá, c. c. Manuel Felix de Azevedo e Sá, falecido em 1871, com filhos :

N. 18 — Manuel (Bieu), c. c. Cândida Frota, com um filho: Bn. 41 — Rubens.

N. 19 — José, c. c uma paraense e reside no Pará.

N. 20 — João, solteiro.

N. 21 — Maria Ifigênia, professora diplomada, c. c. Joaquim Alves Vieira, com filhos: Bn. 42 — Gontran, menino, Bn. 42 — Rossicler, c. c. Plínio Nepomuceno, dos quais nasceram: Tn. 101 — Roberto, estudante de engenharia, Tn. 102 — Neusa, professora diplomada; Bn. 43 — Demetilde, solteira, Bn. 44 — Orquidéia, falecida solteira.

V I I I

Antônia Machado Coelho da Fonseca, c. c. o comendador Francisco Coelho da Fonseca, português naturalizado, cavaleiro da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de N. Senhora da Conceição da Vila-Viçosa, de Portugal, e homem de grande projeção na vida comercial e na sociedade do Ceará.

N. 22 — Carlos Coelho Machado da Fonseca, solteiro.

N. 23 — Dr. Antônio Coelho M. da Fonseca, falecido a 23-11-880, c. c. Mariana Miranda Machado da Fonseca, com um filho : Bn. 45 — João.

N. 24 — Henrique (?), c. c. uma irmã do dr. Cândido Mariano Damásio, médico da Marinha, que viveu muito tempo em Fortaleza.

N. 25 — Adelaide da Fonseca e Garcia, segunda mulher de Joaquim Álvaro Garcia, este falecido a 28-5-921, sendo filhos do casal:

Bn. 46 — Lídia Garcia Valente, nascida a 27-10-873 e falecida a 24-8-927, c. c. Antônio Nunes Valente, sem filhos.

Bn. 47 — Ester Garcia Porto, c. c. Antônio Porto, com uma filha : Tn. 103 — Almerinda, c. c. o dr. Isaías Frota, com filhos.

Bn. 48 — Maria, nascida a 10-6-880 e falecida a 8-10-912, c. c. Luiz Albano, sem filhos.

Bn. 49 — Leonor, nascida a 22-2-879 e falecida inupta a 12-6-941.

Bn. 50 — Adelaide, solteira.

N. 26 — Maria Carolina da Fonseca e Garcia, nascida a 28-8-847 e falecida a 27-10-871, em Pernambuco, primeira esposa de Joaquim Álvaro Garcia, com filhos:

Bn. 51 — Eduardo Coelho Garcia, c. c. Virgínia Coelho Garcia, pernambucana, com os seguintes filhos: Tn. 104 — Maria Carolina, c. c. o Dr. Jurandir Picanço, dos quais nasceram: Qn. 54 — Carlos Augusto, Qn. 55 — Mário Antônio.

Tn. 105 — Lídia, solteira.

Tn. 106 — Geraldo Pedro, solteiro.

Bn. 52 — Álvaro Coelho Garcia, c. c. Zélia . . .

Bn. 53 — Maria Luisa Garcia Juaçaba, c. c. Sérvulo Juaçaba, dos quais vem:

Tn. 107 — Corina Garcia Juaçaba, c. c. Inácio Gomes Parente, com os seguintes filhos: Qn. 56 — Maria Luisa Parente Pessoa, c. c. o Capitão Helder Setuval Pessoa, de quem nasceu: Qn.^{2} 1 — Maria Zélia; Qn. 57 — Zuila Juaçaba Parente, solteira, Qn. 58 — Porcina Juaçaba Parente, idem; Qn. 59 — Aline J. Parente, idem; Qn. 60 — Maria Rute, Qn. 61 — Inácio Gomes Parente Filho, menor; Qn. 62 — Francisco Geraldo, idem.

Tn. 108 — Carlos Juaçaba, c. c. Maria Gondim Juaçaba, pais de: Qn. 63 — Geraldo G. Juaçaba, oficial da Marinha; Qn. 64 — Dr. Haroldo G. Juaçaba, médico; Qn. 65 — Hilca, Qn. 66 — Jério, Qn. 67 — Rúbio, Qn. 68 — Ileana, Qn. 69 — Iveta, Qn. 70 — Ironí.

Tn. 109 — Arnaldo Juaçaba, c. c. Maria Júlia Caminha Juaçaba, com filhos: Qn. 71 — Roberto, Qn. 72 — Renato, Qn. 73 — Nícia, Qn. 74 — Rúbio, Qn. 75 — Núbia.

Tn. 110 — Oscar Juaçuba, c. c. Maria Luisa Garcia Juaçaba, com filhos: Qn. 76 — Sérvulo, Qn. 77 — Célio.

Tn. 111 — Maria Carolina, solteira.

Tn. 112 — Julieta, solteira.

Tn. 113 — João, c. c. Maria Madalena Juaçaba, com um filho: Qn. 78 — Joacir.

Tn. 114 — Eduardo.

Tn. 115 — Dr. Cesar Juaçaba, médico, falecido, c. c. Anúsia Ponte, com um filho: Qn. 79 — Anucesar.

Tn. 116 — José, falecido solteiro.

N. 27 — Luisa, c. c. Luiz Cunha, com filhos:

Bn. 54 — Julieta, c. c. Cesar Augusto e Silva, filho do conhecido livreiro Gualter R. Silva.

Bn. 55 — Adelina, c. c. Leonardo Gomes Parente, filho do Des. Esmerino Gomes Parente, com filhos:

Tn. 117 — Adelino Cunha Parente, c. c. Anatália Benjamim da Silva Parente, residente no Amazonas.

Tn. 118 — Dr. Álvaro Cunha Parente, bacharel em direito, advogado em S.-Paulo, casado com Zita Freitas Parente.

Tn. 119 — Alzira, c. c. Francisco das Chagas Gomes de Araujo, residente em Manaus.

Tn. 120 — Alice, c. c. José Pimentel Sales.

Tn. 121 — Altino, casado com Roselí de Carvalho Parente, residente no Rio-de-Janeiro.

Tn. 122 — Arací, casada com Edgar Bittencourt Linz, residente em Manaus.

Tn. 123 — Arlindo, † menino.

Tn. 124 — Alair, † menino.

Tn. 125 — Áureo, † solteiro.

Bn. 56 — Laura, c. c. um irmão de Emília Vieira.

Bn. 57 — Marta, solteira.

N. 28 — Elisa da Fonseca Mota, c. c. o maranhense Antônio Pereira Mota Júnior, filho do Barão de Espozende — o português Antônio Pereira Mota, de cujo matrimônio resultaram:

Bn. 58 — Dr. Eduardo Pereira da Mota, professor, c. c. Maria Isabel de Almeida Campos Mota, com os seguintes filhos: Tn. 126 — Noêmia, c. c. Enir Alencar, de que nasceu: Qn. 80 — Alberto; Tn. 127 — Eduarda Mota, Tn. 128 — Maria Lídia de Campos Mota, Tn. 129 — Eduardo de Campos Mota, Tn. 130 — Jorge de Campos Mota, Tn. 131 — Maria Elisa de Campos Mota, Tn. 132 — Maria Júlia de Campos Mota.

Bn. 59 — Artur Pereira da Mota, c. c. Teresa Braga da Mota, com filhos: Tn. 133 — Eduardo, Tn. 134 — Artur, Tn. 135 — Marússia, Tn. 136 — Júlia, Tn. 137 — Elisa, Tn. 138 — Maria Amélia.

Bn. 60 — Maria Amélia da Costa Leme Mota, c. c. Américo da Costa Leme, com filhos: Tn. 139 — Fernando, Tn. 140 — Alberto.

Bn. 61 — Sizínia Amélia Mota, falecida solteira.

Bn. 62 — Júlia Amélia do Nascimento Mota, c. c. Paulo Alves do Nascimento, com um filho: Tn. 141 — Fernando.

Bn. 63 — Antônio Pereira Mota Neto, falecido solteiro.

Bn. 64 — Francisco Pereira Mota, tambem falecido solteiro.

IX

Felina Domingues da Silva, falecida a 25-4-905, foi casada com o dr. Antônio Domingues da Silva, médico e professor, que tambem exerceu as funções de tesoureiro da Alfândega de Fortaleza e representou o Ceará na Câmara Geral em dois biênios, tendo falecido a 12 de Julho de 1876.

Deste consórcio nasceram 13 filhos:

N. 29 — Amália, † menina: N. a 19-7-1851.

N. 30 — Fausto Domingues da Silva, n. a 27-3-853, f. a 9-12-984, c. c. Francisca de Gouveia da Silva, filha de José Diogo da Silva, de que nasceram:

Bn. 65 — Paulo, c. c. Rute de Queiroz Barros, moradores no Rio-de-Janeiro, com um filho: Tn. 142 — Ênio.

Bn. 66 — Maria Luisa, solteira.

Bn. 67 — José Luciano, menor.

Bn. 68 — Fausto Murilo, † menino.

Bn. 69 — Francisco José, idem.

N. 31 — Antônia (n. a 20-3-1855, † a 3-1-939) c. c. o dr. Samuel Filipe de Sousa Uchoa, magistrado de grande nomeada e correção, tendo ocupado, por fim e até o seu falecimento, o cargo de Juiz seccional do Ceará; era cavaleiro da Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de N. S. da Conceição da Vila-Viçosa, de Portugal. Deste casamento resultaram:

Bn. 70 — Antônio, † menino.

Bn. 71 — João, † solteiro.

Bn. 72 — Dr. Samuel D. de Sousa Uchoa, ilustre e conhecido sanitarista brasileiro, c. c. Enói de Araujo Uchoa, com uma filha: Tn. 143 — Maria Teresa.

Bn. 73 — Júlio, † menino.

Bn. 74 — Maria José, solteira.

Bn. 75 — Antônia, idem.

Bn. 76 — Dr. Raul Domingues Uchoa, sociólogo e alto funcionário do Ministério do Trabalho, atualmente no cargo de Delegado Regional neste estado. Bacharel em direito e solteiro.

Bn. 77 — Blandina, solteira.

Bn. 78 — Isaura, idem.

Bn. 79 — Lélia, idem.

Bn. 80 — Dr. Eduardo Domingues Uchoa, tambem alto funcionário do M. do Trabalho, c. c. Maria José Breves, com dois filhos: Tn. 144 — Carlos Eduardo e Tn. 145 — Maria Cecília, ambos menores.

Bn. 81 — Felina, † menina.

Bn. 82 — Dr. Antônio Domingues Uchoa, solteiro, Delegado Regional do Trabalho na Baía.

N. 32 — Henrique Domingues da Silva (nascido a 10-10-1856, falecido a 28-3-1902), c. c. Maria Serafina Uchoa Barbalho Cavalcanti, com filhos:

Bn. 83 — Manuel, † menino.

Bn. 84 — Maria Felina, casada, com dois filhos: Tn. 146 — Jorge e Tn. 147 — Isa.

Bn. 85 — Álvaro, † menino.

Bn. 86 — Antônio, casado.

Bn. 87 — Anita e Bn. 88 — Amanda, ambas falecidas meninas.

N. 33 — Amanda, n. a 27-5-858, † 8-5-889.

N. 34 — Leopoldo, n. 3-8-860, † 12-3-902.

N. 35 — Alfredo, idem, n. 8-4-862, † 27-4-903.

N. 36 — Maria, † menina.

N. 37 — Eduardo, † menino.

N. 38 — Júlia, solteira, n. 23-1-868, † 17-2-927.

N. 39 — Rodolfo, n. 8-12-869, † 30-12-935, c. c. Cristina Portela, sem filhos.

N. 40 — Eugênia, n. 21-6-871.

N. 41 — Laura, n. 9-6-873.

X

Florinda Leopoldina Machado não se casou e faleceu a 24-18-1877.

* *

Extinguiu-se a vida util e exemplosa do Comendador Machado no dia 12 de Julho de 1868, com 86 anos de idade, portanto. Sua velha e boa companheira ainda lhe sobreviveu até 4 de Janeiro de 1870.

Sessenta vezes comemoraram, felizes e unidos, aquele ditoso sábado em que sobre as suas cabeças, ajoelhados ambos, o padre Moreira expargia a agua simbólica das bençãos nupciais em nome da Santa Madre Igreja, que eles tanto amaram e no conforto de cuja fé santamente morreram.

«O seu enterro, diz o cronista, correspondeu à geral estima de que gozava nesta capital; nacionais e estrangeiros, grandes e pequenos, desde o presidente da Província até os últimos da camada social concorreram com as suas presenças a dar ao seu cadaver todas as provas de consideração e respeito que mereciam as suas virtudes.»

Os restos mortais dos dois velhinhos estão guardados no Cemitério de S. João Batista, a nossa cidade das moradas eternas.

Fortaleza, 20 de Setembro de 1942.